



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n° : 10980.001278/2002-31
Recurso n° : 131.460
Acórdão n° : 204-00.970

MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 27/02/07
Rubrica *[Assinatura]*

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : SANPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

NORMAS PROCESSUAIS.

PRECLUSÃO. Inadmissível a apreciação em grau de recurso, da pretensão do reclamante no que pertine à inclusão, de ofício, pelo Fisco, de débitos do contribuinte no Refis, visto que tal matéria não foi suscitada na impugnação apresentada à instância *a quo*.

RECONHECIMENTO DOS VALORES LANÇADOS COMO DEVIDOS PELA RECORRENTE. PERDA DE OBJETO. O reconhecimento, pela contribuinte, dos valores objeto do lançamento como devidos, implica em desistência do litígio e consequentemente em não julgamento do mérito, haja vista que a ação perdeu seu objeto.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SANPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em não conhecer do recurso, por perda de objeto.** Vencido o Conselheiro Rodrigo Bernardes de Carvalho (Relator), que negava provimento ao recurso. Designada a Conselheira Nayra Bastos Manatta para redigir o voto vencedor. Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Kleber M. Serafim.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2006.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente

Nayra Bastos Manatta
Nayra Bastos Manatta
Relatora-Designada

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Júlio César Alves Ramos, Gustavo de Freitas Cavalcanti Costa (Suplente) e Adriene Maria de Miranda.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.001278/2002-31
Recurso nº : 131.460
Acórdão nº : 204-00.970

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COPIA O ORIGINAL
BRASÍLIA 07/06/03
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : SANPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS

RELATÓRIO

Com vistas a uma apresentação sistemática e abrangente deste feito sirvo-me do relatório contido na decisão recorrida de fls. 37/39:

Trata o presente processo do Auto de Infração nº 0000049 às fls. 13/18, decorrente de auditoria interna na DCTF do quarto trimestre de 1997, em que, consoante descrição dos fatos, à fl. 14, e anexos, de fls. 15/16, são exigidos:

• Para o período de apuração de outubro, novembro e dezembro de 1997, por "FALTA DE RECOLHIMENTO OU PAGAMENTO DO PRINCIPAL, DECLARAÇÃO INEXATA", R\$ 27.000,78 de contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, com enquadramento legal nos art. 1º ao 4º da Lei Complementar nº 70/1991, art. 1º da Lei nº 9.249/1995 e art. 57 da Lei nº 9.069/1995, art. 56, §único, 60 e 66 da Lei nº 9.430/96; e R\$ 20.250,59 de multa de ofício de 75%, com fundamento no art. 160 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), art. 1º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e art. 44, I e § 1º, I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além dos acréscimos legais.

2. À fl. 15, no "RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DE PAGAMENTOS INFORMADOS NA DCTF", constam valores informados na DCTF, a título de "VALOR DO DÉBITO INFORM. NA DCTF C/ VINCULAÇÃO DE DARF", cujos pagamentos não foram localizados.

3. Cientificada da exigência fiscal em 11/12/2001 (AR, fl. 25), a interessada apresentou tempestiva impugnação (fl. 01) em 10/01/2002, requerendo o cancelamento do presente lançamento, uma vez que os débitos então exigidos, referentes aos períodos de apuração de outubro, novembro e dezembro de 1997, foram objeto de pedido de compensação, protocolado sob o nº 10980.009833/98-53, em 06/08/1998, conforme cópia anexa do referido requerimento.

4. Antes de seguir para julgamento nesta DRJ, a autoridade preparadora, considerando os fatos alegados pela defendant, apresentou a "Informação" de fl. 29.

A 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Curitiba – PR considerou procedente o lançamento para manter o crédito tributário, além da multa de ofício e consectários legais mediante a prolação do Acórdão DRJ/CTA Nº 8.683, de 22 de junho de 2005.

Irresignada, a recorrente lançou mão do presente recurso voluntário de fls. 48/52 onde requer o provimento do recurso voluntário para que este Colegiado determine a inclusão no Refis dos débitos constantes no presente lançamento.

À fl. 56 foi efetuado o arrolamento para seguimento do recurso voluntário.

É o relatório. //

MFL



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.001278/2002-31
Recurso nº : 131.460
Acórdão nº : 204-00.970

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 07/06/06
<i>Layon</i>
VISITADO

2º CC-MF
Fl.

**VOTO VENCIDO DO CONSELHEIRO-RELATOR
RODRIGO BERNARDES DE CARVALHO**

O recurso é tempestivo, razão porque dele tomo conhecimento.

Em recurso voluntário afirma a contribuinte que ao aderir ao Refis renunciou automaticamente a qualquer ação que tramitasse judicial ou administrativamente referente a todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica à época da adesão (fl. 50).

Aduz a recorrente que “os débitos existentes à época foram (ou deveriam ser) todos remitidos ao Programa de Recuperação Fiscal, até por uma questão de obediência à própria legislação referente ao tema” (fls. 51). Segundo afirma, não indicou o débito objeto do presente lançamento porque era objeto do pedido de compensação.

Ora, a opção pela inclusão de qualquer débito deve ser exercida pela própria empresa. Neste sentido, o Comitê Gestor do Refis expediu a Resolução CG/Refis nº 002, de 10 de fevereiro de 2000, cujo artigo 7º estabelece:

Art. 7º A inclusão, no REFIS, de débitos objeto de ações judiciais, impugnações ou recursos será efetuada a critério da pessoa jurídica.

Note-se que a contribuinte sequer contesta os valores lançados, mas apenas solicita o provimento do seu recurso para declarar o direito de inclusão dos valores autuados no Programa de Recuperação Fiscal das Empresas – Refis.

Entretanto, não há como este Colegiado incluir, de ofício e extemporaneamente, valores não elencados pelo Contribuinte optante do Programa Refis.

Por todo o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário para manter o crédito tributário lançado de ofício em sua totalidade.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2006.

Rodrigo Bernardes de Carvalho
RODRIGO BERNARDES DE CARVALHO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.001278/2002-31
Recurso nº : 131.460
Acórdão nº : 204-00.970

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 07/06/06
<i>Nayra</i>
VISTO

2º CC-MF
FI.

VOTO DA CONSELHEIRA-DESIGNADA
NAYRA BASTOS MANATTA

A minha discordância em relação ao posicionamento adotado pelo Conselheiro-relator diz respeito à manifestação por parte deste Colegiado de pedido de inclusão de débitos no Refis, formulado pela recorrente na fase recursal como se tal pleito representasse recurso voluntário, quando a recorrente já reconheceu expressamente como devidos os valores objeto do lançamento consubstanciado neste processo.

A finalidade do processo, seja ele administrativo ou judicial, é a de resolver a lide conforme a norma jurídica reguladora da espécie, e tem como objeto material a pretensão. É exatamente esta pretensão que vai ensejar a formação do processo. No caso de auto de infração formalizado para exigir tributo devido e não recolhido pela contribuinte, a lide, a questão controversa que se está a tratar no litígio é exatamente a legitimidade, a procedência ou não do lançamento, ou seja, se os créditos tributários lançados são devidos ou não e por consequência, se deve ou não subsistir o lançamento efetuado.

Ora, havendo concordância de que os valores objeto do lançamento são devidos e que, por consequência, o lançamento efetuado é devido por parte daquele que propiciou o ato jurídico do processo, não há mais qualquer pretensão litigiosa a ser analisada, desaparecendo, assim, o objeto da contenda administrativa.

No caso em tela, o próprio recurso interposto pela contribuinte refere-se apenas a pedido para que o Fisco inclua os seus débitos, objeto deste lançamento, no Refis. Deixando de existir objeto da pretensão ou da discórdia que instituiu o litígio não há que se falar em mérito a ser apreciado.

Ademais disto a matéria não foi objeto da impugnação. Tem sido meu posicionamento reiterado a impossibilidade de conhecimento de matéria argüida pela autuada em sua peça recursal, por este Colegiado, quanto tal matéria não houver sido suscitada na impugnação.

Como é de todos sabido, só é lícito deduzir novas alegações, em supressão de instância, quando:

- a) relativas a direito superveniente,
- b) competir ao julgador delas conhecer de ofício, a exemplo da decadência; ou
- c) por expressa autorização legal.

As alegações de defesa são faculdades do demandado, mas constitui-se ônus processual, pois, embora o ato possa ser praticado e é instituído a seu favor. Todavia, caso não seja praticado no tempo certo, surgem para a parte consequências gravosas, dentre elas a perda do direito de a praticá-lo posteriormente, ocorrendo o fenômeno processual denominado de preclusão.

Daí, não tendo a contribuinte deduzido a tempo, em primeira instância, a razão apresentada na fase recursal, não se pode dela conhecer. *K34/1*



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.001278/2002-31
Recurso nº : 131.460
Acórdão nº : 204-00.970

NIN. DA FAZENDA - 2º C
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 07/06/06

VISTO

2º CC-MF
Fl.

Diante disso, não conheço do mérito do recurso voluntário interposto, por falta de objeto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2006.

Nayra Manatta
NAYRA BASTOS MANATTA //